

ATA REUNIÃO ORDINÁRIA COMDEMA 30/07/2019

1
2 Aos trinta dias do mês de julho de dois mil e dezenove, teve início às dezessete
3 horas e quinze minutos, no plenário da Câmara Municipal de Vereadores do
4 Município de Ponta Grossa, em segunda chamada com qualquer quórum, a
5 reunião ordinária com a presença da presidente do COMDEMA Caroline
6 Schoenberger, e conselheiros Vicente Nadal Neto (AEAPG), Diego S. dos
7 Santos (Câmara), Willis A. Amatneeks Jr (EMATER), Evandro Kostycz (FIEP),
8 John Lenon de Goes (IPLAN), Giovana P. P. Ribas (OAB), Robson Carlos
9 Klimionte (IKA), Ricardo Johanses (NATUS), Fabiano I. Oroski (SANEPAR),
10 Gustavo Ribas Netto (Sind. Rural), Eldo L. Berger (SMAPA), André Luis Pitela
11 (SMMA) e Sandro X. Campos (UEPG). Os conselheiros Lia (UTFPR), Marcius
12 (IAV) e Fabio (COPEL) justificaram a falta. Pauta da reunião: 1) Aprovação da
13 ata de 25/06/2019. 2) Atualização das ações realizadas pela SMMA. 3)
14 Apresentação de proposta para alteração das cadeiras do conselho. 4) Assuntos
15 pendentes. 5) Palavra livre. Teve início a reunião com a presidente abrindo
16 votação para a aprovação da ATA de 25/06/2019, não ocorrendo nenhum voto
17 negativo, a ATA foi devidamente aprovada em sua integralidade. O conselheiro
18 Ricardo pediu para registrar em ata que o conselho não foi convidado pela PMPG
19 para participar do grupo gestor do Lago de Olarias e a presidente falou que será
20 enviado ofício solicitando a participação. O conselheiro André Pitela falou da
21 ampliação da coleta seletiva no município e sobre as atividades corriqueiras da
22 SMMA: licenciamento, educação ambiental e fiscalização ambiental que vem
23 atendendo a demanda das queimadas, com a responsabilização dos
24 proprietários dos terrenos. O conselheiro Gustavo perguntou quais as ações
25 efetivas da SMMA para a melhoria do meio ambiente em relação aos focos de
26 queimadas, André Pitela informou que no ano de 2018, através das denúncias
27 do 156, foram realizadas 200 autuações e neste ano já foram registradas 90
28 denúncias na área urbana e rural dentro do município, a SMMA somente fiscaliza
29 e notifica as queimadas nos terrenos baldios. Dentro do Parque Estadual de Vila
30 Velha cabe ao IAP a licença controlada. A presidente perguntou se tem previsão
31 e data para encerramento efetivo do aterro do botuquara, Roberth da SMMA
32 afirmou que não existe inércia da secretaria quanto ao encerramento. A
33 presidente esclareceu que foi feito um pedido de prazo de 180 dias onde a juíza
34 deferiu, encerrando este prazo no começo de mês de julho, existe uma
35 manifestação do município requerendo novamente um prazo e manifestação do
36 IAP em relação ao encerramento do botuquara e o PRAD. A juíza determinou
37 dentro do processo a informação sobre o plano de encerramento e o IAP pediu
38 prazo que foi deferido e até o momento não tem manifestação e informações
39 dentro do processo para saber se vai ser executado o termo ou se a juíza vai
40 conceder mais um prazo até que o IAP se manifeste. O Ministério Público se
41 manifestou pela execução após o encerramento do prazo. A conselheira
42 Giovana disse que existe um acordo onde os prazos já estão todos expirados e
43 o conselho deve pautar para a próxima reunião este assunto para poder se
44 manifestar no processo. A presidente perguntou sobre os loteamentos que estão
45 se expandindo para várias áreas rurais e o conselheiro John Lenon respondeu
46 que antes da aprovação do loteamento é exigido a licença ambiental e quanto a

47 expansão destes loteamentos, as áreas rurais foram transformadas em áreas
48 urbanas e o IPLAN segue o que está na lei. O conselheiro André Pitela explicou
49 que o processo de licenciamento começa após autorização do Departamento de
50 Urbanismo que atende o plano diretor e permite expansão em área urbana, a
51 área rural vai para o IAP. Todos os empreendimentos são licenciados através do
52 SGA. O conselheiro John Lenon informou que entre 2006 e 2018 foram incluídas
53 cerca de 18 propriedades rurais no perímetro urbano e para o plano diretor está
54 sendo proposto que novas áreas rurais sejam inclusas no perímetro após
55 elaboração de estudo técnico e consulta pública com a população. O conselheiro
56 Ricardo perguntou porque somente a margem direita da Av. Souza Naves até os
57 Periquitos está sendo contemplada com loteamentos e a margem esquerda foi
58 esquecida, John Lenon informou que na margem esquerda 400 metros está
59 dentro do perímetro urbano, porém grande parte desta área é de preservação
60 ambiental com muitas nascentes, relevo declivoso e voçorocas. A presidente
61 perguntou se existe estudo sobre o volume destinado no aterro e o volume da
62 coleta seletiva, Roberth informou que existe uma coleta de dados realizada pela
63 PGA/SMMA e poderá ser requerido através de ofício. O conselheiro Vicente
64 informou que a PGA faz análises gravimétricas da coleta domiciliar que vai para
65 o botuquara e quanto ao material reciclável, a PGA somente faz a coleta e
66 encaminha às associações. O conselheiro Pitela informou que no site da SMMA
67 tem informações sobre a coleta seletiva. A conselheira Giovana sugeriu uma
68 parceria com a UEPG para desenvolver um projeto para venda dos recicláveis,
69 o conselheiro Evandro disse que a UEPG já participa da coleta seletiva solidária
70 destinada às associações de catadores e acha importante novos projetos e
71 parcerias. O conselheiro Evandro (FIEP) explicou o custo do processo da
72 reciclagem de plásticos e que hoje, ele emprega na usina de reciclagem 35
73 pessoas com carteira assinada e transforma 160 toneladas de processos entre
74 lavagem, granulação e sopro, sendo a 2ª maior usina nacional de embalagens
75 para plantas. Convidou o conselho para conhecer as dependências da usina no
76 Jd. Planalto. No próximo assunto da pauta, sobre a alteração das cadeiras, foi
77 proposto a troca das entidades faltantes pela ICMBIO, Associação dos
78 Engenheiros Agrônomos, Concessionária PGA, Conselho Veterinário, SEDEST
79 e Conselho de Desenvolvimento Econômico, a presidente sugeriu consultar a
80 procuradoria sobre a substituição das cadeiras. A conselheira Giovana
81 perguntou se houve resposta do ofício sobre as licenças, porque pela lei
82 municipal o conselho tem que opinar em todos os processos de licenciamento,
83 Roberth solicitou para encaminhar novo ofício visto que na reunião de 26/03/19
84 foram encerrados todos os ofícios pendentes. Na palavra livre, o conselheiro
85 Gustavo falou que o problema dos javalis é muito sério e não existe nenhuma
86 ação para a contenção da espécie. O conselheiro Ricardo sugeriu convidar a
87 Prof. Verônica (UEPG) que é especialista em problemas sanitários e de saúde
88 pública e também um controlador (caçador) de javali para esclarecer ao conselho
89 todas as dúvidas, disse ainda que o controle é urgente, pois o javali é vetor de
90 aftosa, brucelose, febre maculosa e raiva, colocando em risco toda a produção
91 de suínos, aves e bovinos da região. O conselheiro Robson falou da normativa
92 03/13 do IBAMA, onde o controle de javalis dentro de unidades de conservação
93 federal, estadual e municipal deverá ser feito mediante anuência do gestor da

94 unidade. A caça de javali está legalizada através da instrução normativa 12 de
95 25/03/19, com arma registrada junto ao exército, guia de trânsito das armas,
96 cadastro do controlador e autorização do proprietário da área. Sugeriu chamar
97 as cooperativas, a OCEPAR, a força verde, um deputado para discutir e buscar
98 uma solução, sendo uma questão muito delicada devido aos radicalismos. O
99 conselheiro Willis entende que este problema deve ser trabalhado politicamente
100 com o Ministério da Agricultura e Ministério do Meio Ambiente pela dimensão do
101 problema. Ficou acordado que será marcada uma data para o debate
102 convidando a Prof. Verônica (UEPG), um caçador, Mauro Brito do DIBAP/IAP e
103 a força verde, também um ofício para o ministério do meio ambiente expondo os
104 fatos da nossa região. O conselheiro Ricardo pediu para colocar como assuntos
105 pendentes informações sobre o convênio que a Secretaria de Desenvolvimento
106 Sustentável vai fazer com a UEPG para preparar profissionais na área de meio
107 ambiente e também sobre o manancial do Alagados, sugerindo chamar alguém
108 da COPEL para dar mais informações, a presidente disse que vai aguardar a
109 resposta de todos os ofícios enviados antes de marcar a reunião. O conselheiro
110 Gustavo informou que haverá uma reunião dia 15/08 com o ministro da
111 agricultura e 10 deputados federais onde vai colocar como pauta os javalis. O
112 conselheiro Robson disse que o simpósio será melhor organizado se for via
113 sindicato. A presidente encerrou a reunião às 19h19min. Ata transcrita por Vera
114 Lucia Rudek, tudo em conformidade com gravação que se encontra em arquivo
115 próprio.

116

117

118

119

120



CAROLINE SCHOENBERGER

Presidente COMDEMA



PAULO EDUARDO O. DE BARROS

Secretário Executivo/PMPG/SMMA